



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA ANTIDROGAS DO RIO DE JANEIRO

Ata da 14ª Reunião Ordinária Conselho Municipal de Políticas Antidrogas do Rio de Janeiro-7ª Investidura

Data: 13 de Julho de 2022.

Horário: 10:15 h às 12:00 h

Local: Plataforma Digital Zoom e presencial no Auditório do Centro Administrativo São Sebastião – CASS

Aos treze dias do mês de julho do ano 2022, foi realizada a décima quarta reunião ordinária do Conselho Municipal de Política Antidrogas, de forma híbrida; presencialmente no auditório do Centro Administrativo São Sebastião (CASS) e pela Plataforma Digital ZOOM. A Secretária Executiva, Cristina Branco, iniciou a seção plenária às 10:00 horas(dez horas), e fez a primeira convocação. Conforme previsto no Regimento Interno, como não havia quórum, foi realizada a segunda convocação, após quinze minutos de espera. Sendo assim, às 10:15horas (dez horas e quinze minutos), a Secretária Executiva Cristina Branco, realizou a segunda convocação, constatando a presença dos Conselheiros e suplentes dos Órgãos Governamentais: Srª Maíra da Silva Fernandes – membro titular da Secretaria Municipal de Educação; Srª Aline Cardoso de Souza – membro titular da Secretaria Municipal da Fazenda; Srº José Pedro Filho – suplente da Guarda Municipal; Srª Maria Alice Leon da Silva – suplente da Secretaria Municipal de Habitação; Srª Michelle de Albuquerque Guimarães – membro titular da Companhia Municipal de Limpeza Urbana; Srª Quesia Betânia Maria de Almeida dos Santos – membro titular da Secretaria Municipal da Assistência Social e a Srª Roseny Rondon – membro titular da Secretaria Municipal do Trabalho e Renda; Clarisse Furtado de Oliveira – membro titular da Secretaria Municipal de Saúde; Srª Miná de Fatima Benevello Taam – membro titular da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. Representantes das Entidades não Governamentais: Srº Leonardo Apcielo– membro suplente da Federação Estadual de Comunidades Terapêuticas (FECOMTERJ); Srº Carlos Eduardo Pinto Magalhães – membro titular da Federação do Amor Exigente; Srª Sabrina Presman – membro titular da Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas (ABEAD). Representantes da Sociedade Civil: Srº Oscar Rodolpho Bittencourt Cox – membro titular da sociedade civil de notório conhecimento; Srº Luiz Guilherme da Rocha Pinto – membro titular da sociedade civil de notório conhecimento; Srª Giselle Aleluia – Psicóloga – membro titular da sociedade civil de notório conhecimento. E o convidado especial representante da Secretaria Especial da Juventude Srº Frederico Monteiro Peixoto Gomes. Justificaram a ausência: Srª Silvana do Monte Lima – Membro titular da sociedade civil de notório conhecimento; Srª Selene Franco Barreto – membro titular do Instituto Revolução e Transformação Social (IRETS); Srº Marco Aurélio de G.M Negreiros – membro titular de notório conhecimento; Srº Vitor Moreira Lima – membro titular da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro; Srº Igor Sebastian – membro titular da Secretaria Municipal de Cultura; srª Verônica Costa – membro titular da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e o convidado especial representante da Secretaria Especial da Juventude Srº Frederico Monteiro Peixoto Gomes. Ainda presente na Reunião Ordinária a equipe da Secretaria-Executiva do Conselho: Cristina Branco-Secretária Executiva; Elisângela Carvalho – Coordenadora técnica e Wagner Batista - Assistente Administrativo. Como convidados, participaram os Srs. Roberto L. e Axel W, da Regional dos Alcoólicos Anônimos e os Srs. Tássilo L., Daniel B. e Fábio T. , da Regional dos Narcóticos Anônimos. Ainda a Srª Mônica Melo, da Secretaria Municipal de Educação, Coordenadora do Programa de

Saúde na Escola – PSE e Leila Salles também do PSE. Iniciando a reunião, a Secretária Executiva, deu as boas-vindas, agradeceu a presença de todos e passou a palavra para a Conselheira Aline Souza, que conduziu a reunião enquanto “Ad hoc” da presidência. Seguindo a Presidente da reunião colocou em votação a ata da 13ª reunião ordinária, aprovada por unanimidade pelos presentes. Em seguida, fez a leitura da Pauta e colocou em votação, aprovada por unanimidade. Seguindo, a Presidente Aline Souza deu a palavra as Presidentes das Comissões deste Conselho, a fim das mesmas apresentarem os trabalhos em andamento. A Comissão I— Preventiva Educacional – representada pela secretária executiva a pedido da conselheira Michele Guimarães, pois a mesma estava à caminho, apresentou o andamento do Projeto de Prevenção a Síndrome Alcoólica Fetal-SAF- destacando o ótimo trabalho coordenado pela Conselheira Miná Taam da Secretaria de Esportes, que atingiu mais de 40 mil pessoas através de ações desenvolvidas pelos técnicos, funcionários e professores a partir de rodas de conversas, palestras, murais, apresentação de trabalhos, feiras... Informou que na próxima reunião Ordinária a Conselheira Miná Taam estará apresentando o trabalho realizado nas Vilas Olímpicas e a Conselheira Michele vai apresentar o Projeto que é desenvolvido na Comlurb, inclusive, este grupo esteve presente no evento no Parque Madureira. Informou também que será publicado um cartaz de prevenção a SAF pelo Programa de Saúde na Escola (PSE), ressaltou ainda que a produção do cartaz contou com o apoio do professor e Drº José Mauro e foi aprovado por este Conselho. Em seguida, a Conselheira Gisele Aleluia, presidente da Comissão II, apresentou o resultado do curso História e Fundamentos das Comunidades Terapêuticas, destacou a avaliação dos alunos sobre o mesmo, pois todos agradeceram, elogiaram e solicitaram a realização de cursos presenciais. Seguindo, iniciou a apresentação da tabulação dos dados, destacando que 114 participantes responderam o questionário de Avaliação do Curso e 73 participantes responderam o questionário de Avaliação do Conteúdo. Neste sentido tivemos o seguinte panorama: 93 % afirmam que o curso atingiu seu objetivo; 89% afirmam que o programa estabelecido foi desenvolvido; 96% afirmam que os assuntos foram expostos de forma clara e objetiva; 95% afirmam que a carga horária foi bem distribuída; 94% afirmam que o material didático foi satisfatório; 92% afirmam que tiveram bom aproveitamento do curso; 92% afirmam que poderão aplicar os conhecimentos adquiridos durante o curso, na sua prática profissional e 95% afirmam que o curso atendeu a sua expectativa. Baseados nos dados, os conselheiros analisaram que o curso teve grande êxito, atendendo a todos os objetivos propostos, como superando suas expectativas. A Presidente da Comissão II, Gisele Aleluia, agradeceu o apoio da equipe do Conselho para o desenvolvimento deste curso. Continuando, a Conselheira Sabrina Presman, Presidente da Comissão III, informou a parceria com a comissão I para realizar um curso para o Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro sobre PREVENÇÃO AO TABAGISMO. Este curso será realizado no viés de prevenção e tratamento tendo como pressuposto às orientações do Ministério da Saúde (MS). Além disso, informou também que a comissão III, realizou uma Nota Pública de apoio à ANVISA(Agência Nacional de Vigilância Sanitária) que proíbe desde 2009, todos os tipos de dispositivos eletrônicos para fumar, incluindo os de cigarros eletrônicos, são proibidos pela ANVISA, conforme resolução RDC nº 46, de 28 de agosto de 2009. A proibição inclui a comercialização, a importação e a propaganda de quaisquer dispositivos eletrônicos para fumar. Neste sentido, foi realizada a leitura da Nota Pública: Conselho Municipal de Política Antidrogas, através da sua Comissão de Legislação e Normas, vem a público apoiar a ANVISA-Agência Nacional de Vigilância Sanitária – em sua decisão de manter a Resolução de Diretoria Colegiada- RDC- nº 46, de 28 de agosto de 2009, na qual é proibido a comercialização, importação e propaganda de todos os dispositivos eletrônicos para fumar (DEF), também conhecidos como cigarros eletrônicos, vapor, pod, e-cigarette, e-ciggy, e-pipe, e-cigar, heat not burn (tabaco aquecido), entre outros, no Brasil e, defender a fiscalização rígida do comércio ilegal. Esse apoio se baseia no princípio fundamental da precaução, devido aos estudos existentes que comprovam, o aumento massivo do uso dos dispositivos eletrônicos em território brasileiro. Apesar da legislação, a prevalência de consumo dos DEFs vem aumentando significativamente no país, como mostram os resultados de algumas pesquisas, como a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar de 2019 (PeNSE, 2019) que apresentou os seguintes dados: 16,8% dos escolares de 13 a 17 anos já haviam

experimentado o cigarro eletrônico (sendo 13,6% nos de 13 a 15 anos de idade e 22,7% nos de 16 e 17 anos) e o consumo nos 30 dias anteriores à pesquisa foi de 2,8%. E na Pesquisa Nacional de Saúde de 2019 (PNS, 2019), a prevalência atual do uso dos Dispositivos Eletrônicos para Fumar entre indivíduos de 15 anos ou mais foi de 0,64% (cerca de 1 milhão de indivíduos), sendo aproximadamente 70% na faixa etária entre 15 e 24 anos de idade. Estudos do Instituto Nacional do Câncer (INCA) apontam que há riscos do uso do cigarro eletrônico aumentar em mais de três vezes o risco de experimentação de cigarro convencional entre aqueles que nunca fumaram, contribuindo concomitantemente para a desaceleração da queda no número de fumantes no Brasil, uma vez que a maioria dos DEFs contém nicotina, droga psicoativa responsável pelo uso, abuso e dependência química. Entre agosto de 2019 e fevereiro de 2020, ocorreu um surto de doença pulmonar aguda ou subaguda grave denominada EVALI (E-cigarette or Vaping product use-Associated Lung Injury), em usuários de cigarros eletrônicos (jovens em sua maioria), tendo sido notificados 2.807 casos, com 68 mortes confirmadas nos EUA, onde a comercialização dos cigarros eletrônicos é liberada. A Organização Mundial de Saúde (OMS) em 2019, declarou que os DEFs são indubitavelmente maléficos, e em publicação de 2020, a União Internacional contra a Tuberculose e enfermidades Respiratórias (The UNION), reforça a declaração da OMS e ressalta a importância da divulgação do impacto destes dispositivos na saúde pública, principalmente entre os jovens, que estão mais vulneráveis a publicidade agressiva que as indústrias do tabaco vem realizando. E por estas razões, a UNION recomenda que sejam adotadas políticas de proibição de vendas, que são protetoras e preventivas. O Conselho Municipal de Política Antidrogas assim entende, ser necessário preservar as gerações, presentes e futuras, das graves consequências sanitárias, biológicas, sociais, emocionais, ambientais e econômicas do consumo e da exposição à fumaça dos dispositivos eletrônicos para fumar. O COMAD apoia assim, a manutenção da RDC ANVISA nº 46/2009, afinal o tabagismo é um dos principais fatores de risco evitáveis e responsável por mortes, doenças e alto custo para nosso sistema público de saúde. Proibir a comercialização, propaganda e importação dos dispositivos eletrônicos para fumar, é estimular a melhora de qualidade de vida, especialmente para a juventude, contribuindo para a construção de um cenário menos adoecido e com menos mortes causados pelo tabaco, nas suas mais diversas e formas de consumo. O Conselho visa com esta nota pública, além de apoiar a decisão da ANVISA, potencializar ações educativas, de comunicação, de atenção à saúde, junto com o apoio do cumprimento das medidas legislativas, prevenir a iniciação ao tabagismo, principalmente entre nossos adolescentes e jovens. **Bibliografia:** AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). Resolução RDC n. 46, de 28 de agosto de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 de ago. 2009. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. CONVENÇÃO – Quadro para o Controle do Tabaco; Instituto Nacional de Câncer. – Rio de Janeiro: INCA, 2011. 58 p. MINISTÉRIO DA SAÚDE. INCA/ANVISA. Cigarros eletrônicos: o que sabemos. 2016 MINISTÉRIO DA SAÚDE. INCA. Alerta do Instituto Nacional de câncer José Alencar Gomes da Silva – INCA – sobre os riscos dos dispositivos eletrônicos para fumar PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE DO ESCOLAR de 2019 (PeNSE, 2019). PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE de 2019 (PNS, 2019). PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE DO ESCOLAR: 2019 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 162 p. PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE: 2019: PERCEPÇÃO DO ESTADO DE SAÚDE, ESTILOS DE VIDA, DOENÇAS CRÔNICAS E SAÚDE BUCAL: BRASIL E GRANDES REGIÕES / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 113p. Após a leitura, discussão, a Nota Pública, foi colocada em votação e aprovado por unanimidade. Assim, a Nota Pública será enviada para todos os Conselheiros, publicada no Diário Oficial e no Site do Conselho. Além disso, ressaltou a importância de todos divulgarem a Nota. Dando continuidade na apresentação das comissões, a Conselheira Aline, presidente da Comissão IV, informou que a comissão tem se debruçado na organização da I Conferência do Conselho Municipal de Políticas Antidrogas. Informou, ainda, que serão 16 palestrantes participando das palestras Magnas e Eixos de Trabalho e na próxima reunião será apresentado os nomes dos palestrantes. Em seguida, a presidente da Comissão IV, colocou em votação o Regimento Interno da Conferência que foi enviado

por e-mail para todos os Conselheiros anteriormente. Aberto para votação. Aprovado por unanimidade. Em seguida, foi passada a palavra para Mônica Melo, Coordenadora do Programa Saúde na Escola, iniciou a sua fala agradecendo a parceria com o Conselho e a oportunidade de apresentar o trabalho. Este programa foi redefinido pela Portaria Interministerial nº1. 055, de 25 de abril de 2017, redefina as regras e os critérios para adesão ao Programa Saúde na Escola –PSE e dispõe sobre o respectivo incentivo financeiro para custeio das ações. Estabelece que a gestão do PSE deve acontecer intersetorialmente, organizadas em Grupos de Trabalho Intersetoriais–GTI, nas esferas federais, estaduais e municipais. O Ministério da saúde lança um documento bienal com as orientações, indicadores, metas e os padrões de avaliação do PSE. O PSE tem como valores: a relação dialógica, solidariedade, respeito entre as pessoas, cuidado, justiça, tolerância, empatia, cordialidade, educação, honestidade, humildade e responsabilidade. Tem como objetivo: Tratar a saúde e educação integrais como parte de uma formação ampla para a cidadania e o pleno exercício dos direitos humanos; Promover a articulação de saberes com vistas à atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e jovens e à educação em saúde. Visa contribuir para o pleno desenvolvimento dos estudantes da Rede Pública Municipal, por meio do fortalecimento de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde e proteção social, por meio das políticas de Assistência Social, Educação e Saúde. O Programa oferece formação direta aos Núcleos de Saúde nas Escolas - NSECS (Consultorias). Estes Núcleos atuam nas Coordenadorias Regionais de Educação –CRE; nas Coordenadorias de Saúde (CAPs) e nas Coordenadorias de Assistência Social (CAS); oferece também formação feita pelos NSECS com as Unidades Escolares (seja por iniciativa própria, bem como replicadores dos cursos e da formação recebida pelo NPSE). Participam, organizam e realizam palestras, cursos, rodas de conversas, debates e etc. O PSE trabalha com os temas estabelecidos pelos documentos do Ministério da Saúde, são eles: I Saúde Ambiental; II Promoção da Atividade Física; III Alimentação Saudável e Prevenção da Obesidade; IV – Promoção da Cultura da Paz e Direitos Humanos; V – Prevenção das Violências e dos Acidentes; VI –Prevenção De Doenças Negligenciadas; VII – Verificação Da Situação Vacinal; VIII – Saúde Sexual E Reprodutiva E Prevenção Ao Hiv/Ist; IX – Prevenção Ao Uso De Álcool, Tabaco E Outras Drogas; X– Saúde Bucal; XI – Saúde Auditiva; XII– Saúde Ocular; XIII – Prevenção Ao Covid-19. A partir desses temas, os NSECS organizam as atividades nas unidades escolares em cada território, além de articular os serviços territoriais para atender as demandas dos alunos. Sendo assim, ela apresentou imagens das ações e finalizou a sua apresentação agradecendo a oportunidade e se colocando à disposição do Conselho. Em seguida, foi passada a palavra para a Conselheira Miná, que falou sobre a entrega dos Certificados do Curso de Formação em Prevenção à SAF que aconteceu no dia 6 (seis) de Julho de 2022. Agradeceu a parceria com o Conselho, pois no dia da entrega dos certificados também foi realizado uma capacitação sobre o Programa de Tabagismo da Prefeitura e Prevenção ao Cigarro Eletrônico para os professores e técnicos das Vilas Olímpicas. Ressaltou ainda que o subsecretário propôs ao Conselho ampliar a sua participação na formação dos funcionários das Vilas Olímpicas. Manifestou o seu agradecimento ao Secretário da SME, Srº Francisco Bandeira e ao Sub. Secretário Marcelo pelo apoio às atividades. Agradeceu também a parceria com a Educação na pessoa da Srº Mônica Salles. Em seguida, a presidente, passou para os informes gerais, onde, o conselheiro Luiz Guilherme, pediu a palavra e informou que será realizada uma live sobre “Consultório de Rua” com a coordenadora de uma aluna da PUC. Em seguida foi apresentada a proposta de pauta para a próxima Reunião Ordinária: Apresentação do Consultório de Rua e População de Rua. Foi colocado em votação. Aprovado por unanimidade. A Conselheira Aline, informou que a próxima Reunião Ordinária, será realizada no dia 10 (dez) de agosto, às 10:00 horas. Não havendo mais nada a tratar, a Conselheira Aline Souza encerrou a reunião, agradecendo a participação de todos. Eu Cristina Branco, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Política Antidrogas do Rio de Janeiro, encerro essa ATA por mim lavrada.

CRISTINA BRANCO
SECRETÁRIA EXECUTIVA COMAD/RIO
Mat: 11/252130-0

MARIA DOMINGAS
PRESIDENTE COMAD/RIO